



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5483, DE 2020

Altera os arts. 6º, 201, 212, 400, 405, 411 e 473 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para estabelecer parâmetros éticos a serem observados pelas autoridades para a oitiva de vítimas e testemunhas e tornar obrigatória a gravação audiovisual de toda colheita de prova oral, além de garantir a sustentação oral nos julgamentos colegiados..

**AUTORIA:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT)



[Página da matéria](#)



## PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Altera os arts. 6º, 201, 212, 400, 405, 411 e 473 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para estabelecer parâmetros éticos a serem observados pelas autoridades para a oitiva de vítimas e testemunhas e tornar obrigatória a gravação audiovisual de toda colheita de prova oral, além de garantir a sustentação oral nos julgamentos colegiados..



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os arts. 6º, 201, 212, 400, 405, 411 e 473 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 6º** .....

.....

§ 1º. A oitiva do ofendido, do indiciado e das testemunhas será sempre gravada em imagem e em áudio para permitir o controle externo da atuação da autoridade policial.

§ 2º. Nas localidades em que o inquérito policial não corra de forma eletrônica, a gravação será registrada em dispositivo eletrônico encartado aos autos.” (NR)

“**Art. 201** .....

.....

§ 7º A oitiva de que trata o *caput* deste artigo deve ser conduzida de modo a equacionar a plenitude do direito de defesa do acusado e o respeito à dignidade pessoal do ofendido, evitando-se excessos que tenham nítido caráter discriminatório, intimidativo ou humilhante. .” (NR)

“**Art. 212** .....

§ 1º A inquirição direta pressupõe a observância do dever de urbanidade pelas partes, devendo os demais participantes da



audiência e, em especial as testemunhas, serem tratados com respeito e consideração à sua dignidade.

§ 2º Cabe ao juiz assegurar o correto desenvolvimento da audiência, advertindo as partes nos casos em que houver nítido excesso com caráter discriminatório, intimidativo ou humilhante, zelando pelo respeito à sua dignidade..

§ 3º Sobre os pontos não esclarecidos, o juiz poderá, de forma subsidiária, complementar a inquirição, reabrindo posteriormente às partes a possibilidade de formularem perguntas adicionais limitadas àquelas matérias.

“Art. 400 .....

§ 3º A audiência deverá ser integralmente gravada em imagem e em áudio.

§ 4º Caso o processo não seja eletrônico, a gravação será armazenada em mídia digital encartada aos autos.” (NR)

“Art. 405 .....

§ 1º De modo a obter maior fidelidade das informações, o registro dos depoimentos do investigado, indiciado, ofendido e testemunhas será realizado sempre por recurso de gravação audiovisual, em meio digital, assegurando-se às partes rápido acesso à mídia..

§ 3º A gravação a que se refere o § 1º também pode ser realizada diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial.

§ 4º Em caso de segredo de justiça, as partes serão advertidas a preservarem o sigilo, sob as penas da lei.” (NR)

“Art. 411 .....

§ 2º-A A audiência deverá ser integralmente gravada em imagem e em áudio.

§ 2º-B Caso o processo não seja eletrônico, a gravação será armazenada em mídia digital encartada aos autos.

.....” (NR)



SF/20137.82897-30



“Art. 618 .....

.....

Parágrafo único. É assegurada a sustentação oral no julgamento dos recursos, apelações, embargos e agravos internos, inclusive contra decisões monocráticas dos relatores, independente do grau de jurisdição ou da natureza cautelar da medida.” (NR)

“Art. 666 .....

.....

Parágrafo único. É assegurada a sustentação oral no julgamento do habeas corpus, inclusive em sede de agravo interno contra decisões monocráticas dos relatores, independente do grau de jurisdição ou da natureza cautelar da medida.” (NR)

**Art. 2º** O art. 39 da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39 .....

.....

Parágrafo único. É assegurada a sustentação oral no julgamento do agravo, independentemente da natureza cautelar da medida.” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O caso Mariana Ferrer estremeceu a todos. Nem vamos aqui adentrar a polêmica a respeito do tal “estupro culposos”. Nossa preocupação é com o ocorrido em audiência, cuja gravação foi divulgada pelo *Intercept Brasil*.

O exercício da *cross examination* em audiência não pode ser um salvo-conduto para a atuação das partes fora dos parâmetros éticos devidos.





Trazemos, assim, para o Código de Processo Penal expressa disposição no sentido de proibir que a oitiva do ofendido seja transformada num ato de discriminação, intimidação ou humilhação. Isso não apenas nos delitos sexuais, mas em todo e qualquer crime.

Para a oitiva das testemunhas em geral estamos explicitando que os depoentes, enquanto colaboradores da Justiça, devem ser tratados com respeito e consideração e que a observância do dever ético de urbanidade<sup>1</sup> é pressuposto inafastável do exercício da inquirição direta pelas partes.

Ao juiz caberá velar pela observância dessas disposições. Para tal poderá indeferir as perguntas indevidas da defesa ou da acusação, registrando a motivação em ata. Em último caso, lembremos, será o caso de ser informado o órgão correccional respectivo.

Outra inovação que pretendemos ver instituída é a gravação dos depoimentos de vítimas e testemunhas para possibilitar o devido controle da atuação das autoridades (delegados, promotores e juízes). A gravação será obrigatória na fase judicial da persecução penal, mas, antevendo dificuldades materiais para a sua implementação, apenas recomendada na fase policial.

Com essas considerações, conclamamos os Nobres Pares à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES

<sup>1</sup> O dever ético de urbanidade já exigível dos magistrados, em razão do art. 35, IV, da LOMAN; dos promotores e procuradores, em decorrência do art. 236, VIII, da LC nº 75, de 1993; e dos advogados, nos termos do art. 27, *caput*, do Código de Ética e Disciplina da OAB.